

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: ALGUMAS QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

Kíssila da Silva Rangel
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID 0000-0002-2956-7057
rangel_kissila@id.uff.br

Maria Celina Soares de Mello e Silva
Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID 0000-0003-1322-7549
maria.mello@museus.gov.br

Resumo A terminologia é fundamental para a comunicação científica e desenvolvimento das mais diversas áreas do saber e, por isso, compreender de que maneira os conceitos são enunciados nos dicionários de terminologia oferece um panorama do desenvolvimento da própria área. Metodologicamente o estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental, descritiva e qualitativa. Analisa como dicionários brasileiros de terminologia arquivística tratam os princípios arquivísticos, bem como as características dos documentos de arquivo, a partir do significado do termo princípio e característica; para tanto, utiliza a filosofia e a Teoria do Conceito de Dalhberg. Foram analisados três dicionários brasileiros de terminologia arquivística: Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA), da Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo do Estado de São Paulo (1996), Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), do Arquivo Nacional do Brasil (2005) e Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (DBA), dos autores Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008). Constata que embora alguns conceitos sejam enunciados de forma semelhante, a nomenclatura de um princípio e, também, de características não ocorre de maneira uniforme. Conclui que a Terminologia reflete o desenvolvimento teórico da área e sugere que sejam realizadas outras pesquisas que aprofundem conceitualmente a territorialidade, a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a integridade arquivística.

Palavras-chave Terminologia Arquivística. Princípios Arquivísticos. Características dos Documentos de Arquivo

ARCHIVAL PRINCIPLES AND CHARACTERISTICS OF RECORDS: some terminological issues

Abstract Terminology is fundamental for scientific communication and development of the most diverse areas of knowledge and therefore understanding how concepts are enunciating in terminology dictionaries offers an overview of the development of the area. Methodologically, the study is a bibliographic and documentary, descriptive and qualitative research.. It analyzes how Brazilian dictionaries of archival terminology treat archival principles, as well as the characteristics of records, based on the meaning of the term principle and characteristic from philosophy and Dahlberg's Theory of Concept is used. Three Brazilian dictionaries of archival terminology were analyzed: Dictionary of Archival Terminology (DTA), from the Association of Brazilian Archivists / São Paulo State Nucleus (1996), Brazilian Dictionary of Archival Terminology (DIBRATE), from the Nacional Archives from Brasil (2005) and Dictionary of Librarianship and Archivology (DBA), by authors Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008). It notes that although some concepts are stated in a similar way, the naming of a principle and also of characteristics does not occur in a uniform manner. It concludes that terminology reflects the theoretical development of the area and suggests that other research should conceptually deepen territoriality, imprescriptibility, inalienability and archival integrity

Keywords Archival Terminology; Archival Principles. Characteristics of Records



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 17/08/2020
Aprovado em 01/11/2020
Publicado em 01/01/2021

1 INTRODUÇÃO

Os princípios de uma área, a delimitação e as características do seu objeto de estudo são os responsáveis, junto a outros aspectos, por fomentar seu *corpus* científico. De acordo com Rendon Rojas (2011, p. 43 *apud* SCHMIDT, 2012, p. 26), a ciência “deve cumprir três requisitos fundamentais; ter campo específico de investigação – objeto de estudo, teoria e método próprio”.

Os princípios que norteiam a Arquivologia têm como marco de surgimento a Revolução Francesa, e começaram a ser enunciados enquanto princípios arquivísticos propriamente ditos, posteriormente, a partir da publicação Manual dos Arquivistas Holandeses. De acordo com Bellotto (2002, p. 20), os princípios arquivísticos foram decisivos para distinguir a Arquivologia de outras ciências documentais. A respeito dessa distinção, Fuster Ruiz indica que a

arquivística científica nasce a partir do mesmo momento que se formula e se institui o princípio da proveniência [...] embora a formulação científica do princípio seja bastante tardia, do século XIX, sem dúvida, existem antecedentes muito antigos de sua aplicação prática. (FUSTER RUIZ, 1996, p. 43, tradução nossa).

Muito embora o Princípio da Proveniência esteja consolidado, é possível perceber na literatura a existência de algumas nuances relativas ao seu entendimento.

No que tange à consolidação das características dos documentos de arquivo, Rondinelli (2011, p. 194-195) aponta que características como organicidade, imparcialidade, autenticidade, dentre outras, estão presentes na conceituação de documento arquivístico.

Ao compreender a importância desses dois marcos na constituição da Arquivologia, quais sejam: (1) enunciação dos princípios a partir da publicação de manuais, e (2) reflexões a respeito das características dos documentos de arquivo, analisaremos de que maneira tais princípios e características se apresentam em dicionários de terminologia arquivística.

Sobre o tema, Rodrigues (2004, p. 20) considera que “não há incoerência em tratar as proposições que definem ‘arquivo’ ou seus documentos, ora como características ou qualidades e ora como princípios. Ao contrário, elas são de fato fundamentos da arquivologia, são também seus princípios”. Nessa perspectiva, Vanderlei Santos ao realizar um levantamento na literatura da área conclui que

Tem-se partido da presunção de que a identificação e a quantidade de princípios arquivísticos são pacíficas na área, o que não é, exatamente, verdade. É comum se observar a visão particular de cada um dos autores, sob os mais diversos pontos de vistas, muitas vezes ignorando-se outras proposições ou utilizando-se de referências teóricas que corroboram o entendimento inicial do autor da pesquisa (SANTOS, 2011, p. 164).

O autor, mediante consulta a diversos manuais arquivísticos e dicionários de terminologia, identificou “um grande número de termos adjetivados por um ou mais autores como princípios arquivísticos” (SANTOS, 2011, p. 165).

A partir desses posicionamentos, buscamos analisar como os dicionários de terminologia tratam os princípios arquivísticos e as características dos documentos de arquivo, pois compreendemos que a consolidação de uma área perpassa também pela construção de sua terminologia.

2 METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. Gil (2008), afirma que a pesquisa exploratória promove maior contato com a questão que norteia a investigação e pode se configurar na forma de um estudo de caso ou um levantamento bibliográfico. A abordagem qualitativa “descreve, compreende e explica” (GRANGER, 1982 *apud* MINAYO; SANCHES, 1993, p. 246). Adotamos, como procedimento do presente estudo, a revisão de literatura e a pesquisa documental.

Para a realização de nossa análise utilizamos três dicionários, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dicionários de terminologia arquivística selecionados para o estudo

| Dicionário | Autor | Ano |
|---|---|------|
| Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) | Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo do Estado de São Paulo (AAB/SP) | 1996 |
| Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) | Arquivo Nacional do Brasil | 2005 |
| Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (DBA) | Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti | 2008 |

Fonte: Elaboração própria (2020).

A justificativa para tal utilização dos dicionários baseia-se em:

a) o dicionário publicado pelo Núcleo de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi amplamente divulgado e vendido nos eventos da AAB, incluindo os Congressos Brasileiros de Arquivologia, que por muitos anos foi considerado o mais importante evento arquivístico brasileiro;

b) o dicionário do Arquivo Nacional (AN) foi amplamente distribuído e está disponível gratuitamente na Internet, no *site* do Arquivo Nacional. Por ser editado pelo AN, pela natureza e objetivos da instituição, torna-se referência na área;

c) o dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, embora não seja exclusivo da área, traz

verbetes, em alguns casos, com caráter mais enciclopédico, com histórico e informações complementares, e não apenas a definição. Em alguns verbetes se vale de definições dos outros dicionários, incluindo os tratados nesta pesquisa.

Para realização da coleta de dados, identificamos o termo “princípio” em toda a extensão das publicações e consideramos também — não somente aqueles verbetes cujo termo era o princípio propriamente dito, como, por exemplo, “princípio da proveniência” — as definições que apresentam a palavra “princípio”.

Em relação às características dos documentos de arquivo, buscamos pelo sufixo “dade”, pois tem como sua “origem o sufixo latino *tati* e forma substantivos abstratos que designam ‘qualidade, modo de ser, estado, propriedade’, afixando-se a adjetivos (derivados ou não)” (PEZATTI, 1990, p. 156).

A coleta de dados, a partir do estudo dos dicionários, gerou o Quadro 2, para princípios arquivísticos, e o Quadro 3 para as características de documentos de arquivo, ambos com a finalidade de sistematizar as ocorrências. A fim de subsidiar nossa análise, realizamos também uma revisão de literatura com o intuito de evidenciar a importância dos dicionários de terminologia arquivística e de compreender a semântica dos termos: princípio e característica.

3. A RELEVÂNCIA DOS DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Conforme aponta a lexicóloga Maria Tereza Camargo Biderman (2001, p. 19), “a terminologia se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano”. Para Maria Teresa Cabré (1995), a terminologia é objeto da linguística, da filosofia e das diferentes disciplinas técnico-científicas. A autora define terminologia, no contexto das disciplinas científico-técnicas, como “conjunto das unidades de expressão e comunicação que permitem transferir o pensamento especializado” (CABRÉ, 1995, p. 4, tradução nossa).

Quando os teóricos localizam a terminologia como própria, mais que tudo, das áreas técnicas, na verdade não é por serem técnicas, mas sim por sua especificidade, que não pode, sob pena de graves danos, conviver com equívocos, polissemias e dubiedades. Quando uma área do saber consegue compor a teoria, estabelecer a metodologia e operacionalizar as práticas usando — na transmissão dos conceitos e na denominação dos objetos e das ações, enfim, na sua expressão e comunicação — tão somente os recursos da língua, do linguajar corrente, sem sombra de desvios de interpretação, tanto melhor. Ela não possui e nem precisa possuir uma terminologia, muito menos dicionários ou glossários que a “traduzam” (BELLOTTO, 2007, p. 48).

Compreendemos que a terminologia é essencial à comunicação científica, uma vez que é a partir dela que se apresentam as especificidades de um determinado campo do saber, dessa forma, “[...] a terminologia pressupõe uma teoria de referência” (BIDERMAN, 2001, p. 19). Nesse aspecto, Bellotto (2007) acrescenta que

uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento. São as sucessivas necessidades instrumentais da sociedade que ocasionam o aparecimento de áreas específicas de conhecimento e ação. O andamento e desenvolvimento dessas áreas necessariamente se concretizarão, pouco a pouco, com uma formação universitária própria, uma legislação própria, uma teoria e uma metodologia próprias, assim como uma terminologia própria. (BELLOTTO, 2007, p. 53).

Em relação aos obstáculos para construção de uma consistência terminológica arquivística, Duchain (2007, p. 14) pontua que “a terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional. Se a terminologia arquivística é pouco precisa, é bem a prova de que a Arquivologia, ela mesma, está longe de ser uma ciência exata”. Em acréscimo, de acordo com Balmant (2016, p. 156), não existe, no contexto brasileiro, terminologia arquivística “consolidada”, além disso, o autor evidencia que o “grau de homogeneidade e consonância entre as publicações terminológicas da área é baixo”.

Segundo Bellotto (2007, p. 50), “um dicionário de terminologia é um instrumento de controle terminológico, cuja função específica reside em traduzir os termos técnicos e científicos para uma linguagem sistêmica, a fim de proporcionar uma ligação entre eles e a língua corrente”.

Sendo assim, há o entendimento de que os dicionários de terminologia são instrumentos importantes para a consolidação e comunicação científica, uma vez que “qualquer ciência tem necessidade de um **conjunto de termos rigorosamente definidos** pelos quais designa as noções que são úteis: esse conjunto de termos constitui, pois, a sua terminologia” (BARBOSA, 1992, p. 155, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Balmant define que

o termo, objeto da terminologia, compreende um significado para além do da palavra, vocábulo ou unidade lexical dos falantes comuns, representando, assim, uma delimitação, uma especificação ou circunscrição de uma determinada realidade, **com um determinado rigor**. (BALMANT, 2016, p. 33, grifo nosso).

Retomamos o apontamento de Rodrigues (2004, p. 20) que, por sua vez, percebe que há alguma utilização indiscriminada de termos que se referem aos princípios arquivísticos e

características dos documentos de arquivo. Porém, embora não verticalize a reflexão, considera que esta imprecisão dos termos não compromete a compreensão dos fundamentos da área.

É fato reconhecido que as denominações servem de referência para a determinação do vocabulário de uma especialidade. Integram semelhante vocabulário os termos relativos aos objetos, processos e métodos da área. Como os conceitos atribuídos aos termos não resultam de convenções arbitrárias ou de preferências individuais, mas de relações entre suas características constitutivas, passíveis de serem objetivadas e confirmadas, o reconhecimento de uma denominação e de seu conceito é tarefa que exige análise da pertinência dessas características ou traços em relação ao domínio considerado. Em si mesmas, as denominações podem ser fruto da germinação de ideias, do desenvolvimento efetivo do conhecimento da área ou de mera confusão, seja por ausência de rigor, seja por modismo (KOBASHI *et al.*, 2001, p. 6).

Conforme alerta Biderman (2001, p. 20), “é relativamente simples atribuir uma forma a um item lexical; é difícil, porém, especificar os limites do conceito ao qual ele se refere”. De fato, ainda que exista imprecisão e a mesma não interfira no entendimento dos conceitos da Arquivologia, não é desejável que ela se expresse na concepção de dicionários de terminologia, visto que esses instrumentos devem ser elaborados com base no rigor científico.

4 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO DE ARQUIVO EM DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA

Os princípios são fundamentos de um determinado conhecimento (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 220) ou, ainda, o ponto de partida e fundamento de um processo (ABBAGNANO, 2012, p. 928). Também são definidos como causa primária, base e origem¹. Portanto, “o princípio de uma ciência assim o é porque se caracteriza como um preceito a ser seguido e necessário ao desenvolvimento das atividades relacionadas àquele saber específico” (RANGEL, 2015, p. 20).

Santos (2011), ao pesquisar sobre a acepção do termo princípio no campo científico, identifica seis características que o especificam, são elas: ser “aplicável para todos os casos”; “não [é ser] passível de múltiplas interpretações”; ser “construído a partir de especificidades visando uma aplicação global”; ser “aceito pela comunidade científica”; “pode dar origem a outras teorias” e “deriva de outros princípios, teorias ou leis”. (SANTOS, 2011, p. 55). No escopo de sua pesquisa, o autor propõe a definição de princípio e, também, elabora um quadro a fim de subsidiar sua caracterização. Para ele um “princípio científico é um postulado elementar e fundamental, aceito como verdade, que guia e influencia um pensamento ou ação relativos a uma ordem de conhecimentos ou sistema teórico que constituem uma disciplina”. (SANTOS, 2011, p. 57).

¹Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Dessa forma, compreendemos que os princípios têm relação direta com a própria constituição do campo científico. Já as características dos documentos de arquivo são responsáveis por diferenciar o documento arquivístico dos demais, sendo assim, necessárias à delimitação do objeto da Arquivologia.

De acordo com Luciana Duranti (1996, p. 1 apud RONDINELLI, 2011, p. 133), “a ciência arquivística é um corpo de conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e do trabalho arquivístico sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática”.

Ao analisar o conceito de documento arquivístico frente à realidade digital, Jenkinson (1947) parafraseado por Rondinelli

embora todo documento arquivístico seja um documento, nem todo documento é um documento arquivístico. Para se configurar como tal, o documento tem que ser produzido ou recebido no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica e ser dotado das seguintes características diplomáticas: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), ou ao menos as três primeiras. Em relação à forma fixa e ao conteúdo estável há que ressaltar que se trata de características herdadas pelo documento arquivístico diretamente da Diplomática, ou melhor, do conceito diplomático de documento enquanto informação registrada num suporte, o que implica diretamente na materialidade do documento arquivístico, seja ele digital ou não. (RONDINELLI, 2011, p. 265).

A autora identifica o conceito de documento arquivístico sob a égide de diversas tradições arquivísticas e relaciona as definições do próprio conceito com as características que os especificam como tal. Nesse sentido, para Dahlberg (1978), “todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito. Esses elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos”. A autora explicita que as características podem ser separadas em duas espécies “características essenciais (necessárias) e características acidentais (adicionais ou possíveis)”. (DAHLBERG, 1978, p. 102-103).

A partir do entendimento do que distingue um princípio científico das características de um determinado objeto, selecionamos três dicionários de terminologia, conforme mencionado anteriormente no Quadro 1, para empreender nossa análise:

- O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) é fruto das atividades de um Grupo de Trabalho, instituído no âmbito do Arquivo Nacional e apoiado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). O grupo foi criado na década de 90 e retomou suas atividades em 2003, tendo publicado no ano seguinte “Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística” e, logo em seguida, a partir de comentários

enviados entre novembro de 2004 e junho de 2005, realizou revisão na publicação. Dessa forma, em 2005, ocorreu o lançamento do DIBRATE, com a intenção de se realizar revisões bianuais do dicionário. Porém, até junho de 2020 não foi publicada revisão do Dicionário.

- O Dicionário de Terminologia Arquivística foi elaborado por arquivistas da Associação de Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo) frente “às exigências de rigor colocadas pelo incontestável crescimento de sua atuação em instituições públicas e privadas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. XI).
- O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia é o mais recente dos três selecionados para o estudo. Ele se utiliza de definições, em vários verbetes, de outros dicionários, incluindo de seus antecessores, citando a fonte. O dicionário apresenta em sua primeira parte os verbetes em língua portuguesa e na segunda em língua inglesa.

4.1 PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Os princípios arquivísticos identificados nos dicionários selecionados são apresentados no Quadro 2, com as respectivas definições.

Quadro 2 – Princípios Arquivísticos segundo dicionários selecionados

| Dicionário | Verbetes | Definição |
|--|--|--|
| Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) | Princípio da Proveniência | Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa. |
| | Princípio de Respeito aos Fundos | Ver Princípio da Proveniência. |
| | Princípio de Respeito à Ordem Original | Princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante a organicidade. |
| Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) | Imprescritibilidade | Princípio pelo qual é assegurado ao Estado o direito sobre os arquivos públicos sem limitação de tempo, por serem estes considerados bens públicos inalienáveis. |
| | Inalienabilidade | Princípio pelo qual é impedida a alienação de arquivos públicos a terceiros. Ver também imprescritibilidade. |
| | Princípio da pertinência | Princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado princípio temático. |
| | Princípio da proveniência | Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de |

| | | |
|--|--|--|
| | | outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. |
| | Princípio da reversibilidade | Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário. |
| | Princípio de Respeito à Ordem Original | Princípio segundo o qual o Arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu. |
| Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (DBA) | Princípio da Pertinência | Conceito segundo o qual os documentos de arquivo devem ser reclassificados por assuntos, independentemente da sua proveniência e organização original. Este conceito, anterior ao estabelecimento dos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, é hoje rejeitado; princípio temático. |
| | Princípio da proveniência | Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os documentos ou os arquivos originários de uma instituição, de uma corporação, de uma família ou de uma pessoa não devem ser incorporados a documentos ou arquivos de outras proveniências; inclui, às vezes, o princípio do respeito à ordem original; princípio do respeito aos fundos; respeito aos fundos. |
| | Princípio da reversibilidade | Princípio segundo o qual todo o procedimento ou tratamento empreendido em arquivos deveria poder, se necessário, ser desfeito. |
| | Princípio da territorialidade | Ver Pertinência territorial [Conceito oposto ao de princípio da proveniência e segundo o qual documentos ou arquivos deveriam ser transferidos para a custódia de arquivos com jurisdição arquivística sobre o território ao qual se reporta o seu conteúdo, sem levar em conta o lugar em que foram produzidos] |
| | Princípio de procedência | Ver Princípio da proveniência |
| | Princípio de Reconstituição da Ordem Original | Ver Princípio do Respeito à Ordem Original |
| | Princípio do Respeito à Estrutura Arquivística | Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual um fundo (ou núcleo) de arquivo deve manter ou receber um arranjo correspondente às estruturas administrativas da entidade ou pessoa física que o produziu; Princípio do respeito à estrutura interna, respeito à estrutura arquivística. |
| | Princípio do respeito à estrutura interna | Ver Princípio do respeito à estrutura arquivística. |
| | Princípio do Respeito à ordem Original | Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os arquivos que procedem, isto é, que provêm de uma mesma origem, devem manter o mesmo arranjo (ou ordenação) estabelecido pelo órgão de origem. |
| | Princípio do Respeito à Ordenação Prévia | Ver Princípio do Respeito à Ordem Original |
| | Princípio do Respeito aos Fundos | Ver Princípio da Proveniência |
| | Princípio do Respeito à Estrutura | Ver Princípio do Respeito à Estrutura Arquivística |
| | Princípio Temático | Ver Princípio da Pertinência |

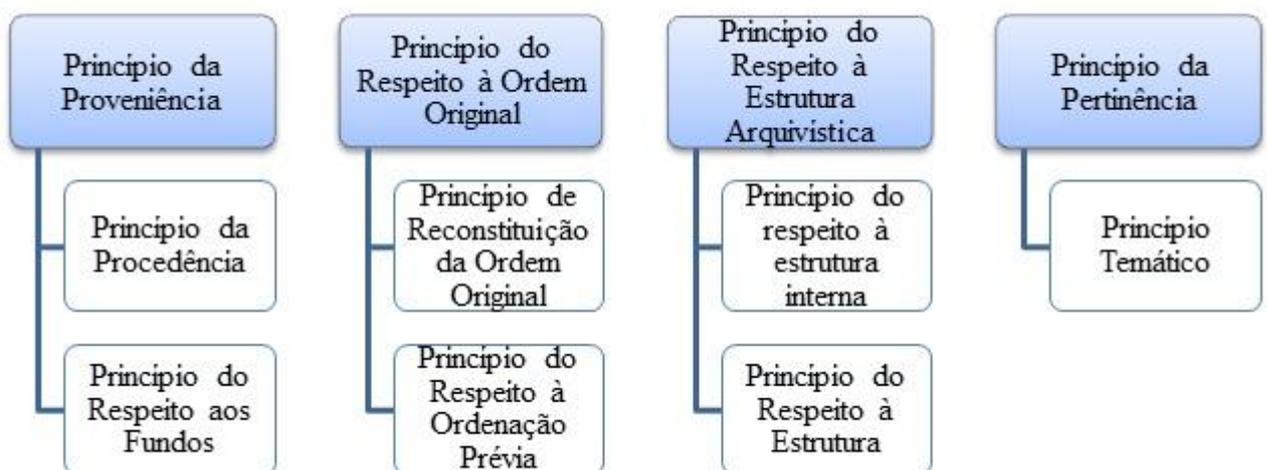
Fonte: Elaborado pelos autores (2020) com base em: Arquivo Nacional (2005); Camargo e Bellotto (1996); Cunha e Cavalcanti (2008).

Podemos perceber, a partir da exposição apresentada nos dicionários estudados, que são listados apenas dois princípios em comum: o da Proveniência e o de Respeito à Ordem Original. Embora no DTA, tenham sido identificados três princípios — proveniência, aos fundos e respeito à ordem original — há o reconhecimento do Princípio de Respeito aos Fundos enquanto sinônimo do Princípio da Proveniência. Assim, o DTA nos apresenta, também, dois princípios arquivísticos.

Para além desses dois princípios identificados no DTA, o DIBRATE apresenta mais quatro: inalienabilidade, imprescritibilidade, pertinência e reversibilidade. Cabe ressaltar que, desses seis princípios, o DIBRATE evidencia que dois encontram-se em desuso: princípio da pertinência e princípio da reversibilidade. Na apresentação do dicionário é explicado que “ambos praticamente não são mais utilizados, mantidos para conhecimento das novas gerações e por serem indicadores da evolução da disciplina”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 16).

Ao analisar o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia foram identificados 13 princípios, porém sete remetem a outros princípios (Figura 1). A partir do reconhecimento das remissivas apresentadas no dicionário, identificamos que o DBA considera os seguintes princípios: pertinência, proveniência, reversibilidade, princípio de respeito à estrutura arquivística e princípio de respeito à ordem original.

Figura 1 – Remissivas do termo princípio no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia



Fonte: Elaborado pelos autores (2020) a partir de Cunha e Cavalcanti (2008).

Ao comparar os termos e definições apresentadas nos dicionários selecionados, notamos que as incidências que se repetem estão relacionadas ao Princípio da Proveniência e ao Princípio de

Respeito à Ordem Original. Outra ocorrência comum aos três é a identificação do Princípio da Proveniência significar o mesmo que Princípio de Respeito aos Fundos. As definições de Princípio da Proveniência apresentadas culminam na compreensão de que não se mesclam documentos de proveniências diferentes. Em relação ao Princípio de Respeito à Ordem Original, o DTA o conceitua nas relações estruturais da produção documental, enquanto os demais indicam que a Ordem Original seria o arranjo desenvolvido pelo produtor (entidade coletiva, pessoa ou família) ou pelo órgão de origem.

Ao todo, excluindo as remissivas que indicavam ver outro verbete, identificamos os seguintes princípios: proveniência, respeito à ordem original, territorialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e pertinência. Desses, salientamos que os dicionários de terminologia arquivística selecionados para esta análise apresentam apenas dois pontos de convergência: princípio da proveniência e princípio de Respeito à Ordem Original, o que nos leva à compreensão de ambos estarem consolidados junto à comunidade científica.

A inalienabilidade e a imprescritibilidade são apresentadas enquanto princípio não no verbete, mas em sua definição. A condição de ser inalienável e imprescritível é dada a partir da Lei nº 8.159/1991 que, em seu Artigo 10, indica que “Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis” (BRASIL, 1991, não paginado). Além disso, em estudo anterior, Santos (2011, p. 169) explica que tanto a inalienabilidade quanto a imprescritibilidade são fundamentadas na “teoria do Direito internacional de respeito ao patrimônio cultural nacional, [e por isso] não são aplicáveis para todo e qualquer acervo, senão os públicos”.

A pertinência, também apontada como “princípio”, tem relação direta com o tratamento aplicado aos documentos bibliográficos, pois leva em consideração o assunto e o tema em detrimento da proveniência e também da ordem original.

O princípio da territorialidade é indicado explicitamente apenas no DBA, contudo a definição apresentada remete à pertinência territorial, cuja definição expressa uma oposição ao princípio da proveniência. Conforme aponta Santos (2011, p. 183), trata-se de um princípio interdisciplinar que pode ser interpretado “em sua aplicação à Arquivística, sob o viés do princípio da proveniência, quando se busca respeitar a contextualização institucional de produção de documentos”.

Ao analisar o princípio da territorialidade em clássicos da Arquivologia, Corrêa e Marques (2016), embora percebam que este princípio e suas contribuições “sejam timidamente mencionadas na maioria das obras analisadas” concluem que ele

[...] colabora singularmente para as práticas arquivísticas, ao propiciar a resolução de conflitos jurídicos; para a teoria arquivística, ao complementar o princípio da proveniência, especificando-o em relação aos conflitos que envolvem a sucessão de documentos, com conceitos próprios, ligados às particularidades dos arquivos e da própria arquivologia; e, por fim, para a constituição da disciplina cientificamente, ao reforçar a sua identidade, bem como da comunidade que a legitima (CORRÊA; MARQUES, 2016, p.23-24)

Apesar de o princípio da territorialidade ser compreendido enquanto princípio arquivístico (SANTOS, 2011; CORREA; MARQUES, 2016), a partir da análise dos dicionários podemos identificar somente os princípios da proveniência e do respeito à ordem original como princípios essencialmente arquivísticos, uma vez que somente a proveniência e o respeito à ordem original podem ser aplicados a qualquer conjunto documental independente da circunstância. Para o princípio da territorialidade ser aplicado é necessário que haja uma circunstância que o justifique, como a resolução de conflitos, por exemplo. Apesar de compreendermos que este princípio, a partir da análise dos dicionários, assim como a imprescritibilidade e a inalienabilidade, é decorrente de alguma condição fornecida por meio da aplicação do Direito, portanto, não seria expressamente arquivístico, destacamos que Santos (2011, p. 183) considera que o Princípio da Territorialidade “é um princípio geral arquivístico, embora conceitualmente interdisciplinar”.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

No presente estudo o termo “característica” foi considerado como atributo peculiar aos documentos de arquivo, com especificidade suficiente para diferenciá-los de outros tipos de documentos. A seguir apresentamos as características identificadas nos dicionários.

Quadro 3 – Características dos documentos de arquivo segundo dicionário selecionados

| Dicionários | Verbetes | Definição |
|---|--------------------------|--|
| Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) | Autenticidade | Qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo. |
| | Confidencialidade | Ver Grau de sigilo. Definição de grau de sigilo; indicador dos níveis de restrição ao acesso. |
| | Imprescritibilidade | Atributo pelo qual os arquivos públicos, em razão de sua inalienabilidade, podem ser reivindicados pelo Estado que os produziu sem limitação de tempo. |
| | Inalienabilidade | Atributo dos arquivos públicos que, derivado de sua relação com a soberania de um Estado, impede que sejam cedidos a terceiros. |
| | Integridade Arquivística | Característica derivada do princípio da proveniência, segunda a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, |

| | | |
|--|--------------------------|---|
| | | alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido. |
| | Unicidade | Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem. |
| Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) | Imprescritibilidade | Princípio pelo qual é assegurado ao Estado o direito sobre os arquivos públicos sem limitação de tempo, por serem estes considerados bens públicos inalienáveis. |
| | Inalienabilidade | Princípio pelo qual é impedida a alienação de arquivos públicos a terceiros. Ver também imprescritibilidade. |
| | Integridade arquivística | Objetivo decorrente do princípio da proveniência que consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas. Também chamado integridade do fundo. |
| | Organicidade | Relação natural entre os documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora. |
| | Qualidade arquivística | Propriedades físico-químicas dos suportes que permitem a conservação indefinida dos documentos, documentos com observação das condições adequadas de acondicionamento, armazenamento e climatização. |
| Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (DBA) | Autenticidade | Qualidade ou condição de autêntico. |
| | Confidencialidade | Característica atribuída a alguns documentos dependendo da informação neles contida, o que pode levar à restrição quanto ao seu acesso. |
| | Imprescritibilidade | Conceito pelo qual os arquivos públicos, que são inalienáveis, podem ser reivindicados pelo Estado que os produziu, sem limitação de tempo. |
| | Inalienabilidade | Atributo dos arquivos públicos que, derivado de sua relação com a soberania de um Estado, impede que sejam cedidos a terceiros. |
| | Integridade arquivística | Integridade dos fundos. |
| | Integridade dos arquivos | Ver Integridade dos fundos. |
| | Integridade dos fundos | Norma arquivística fundamental, que tem origem no princípio da proveniência. Segundo esta norma, os fundos (núcleos) de arquivos devem ser mantidos na ordem original, sem desmembramento, nem eliminação não autorizada e nem acréscimo de elementos estranhos ao núcleo original, a fim de conservar seu valor probatório informativo. |
| | Organicidade | Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. |
| | Qualidade arquivística | Propriedades físicas, inerentes aos suportes de informação, que permitem a preservação indefinida dos documentos, sob determinadas condições de controle. |
| | Unicidade | Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem. |

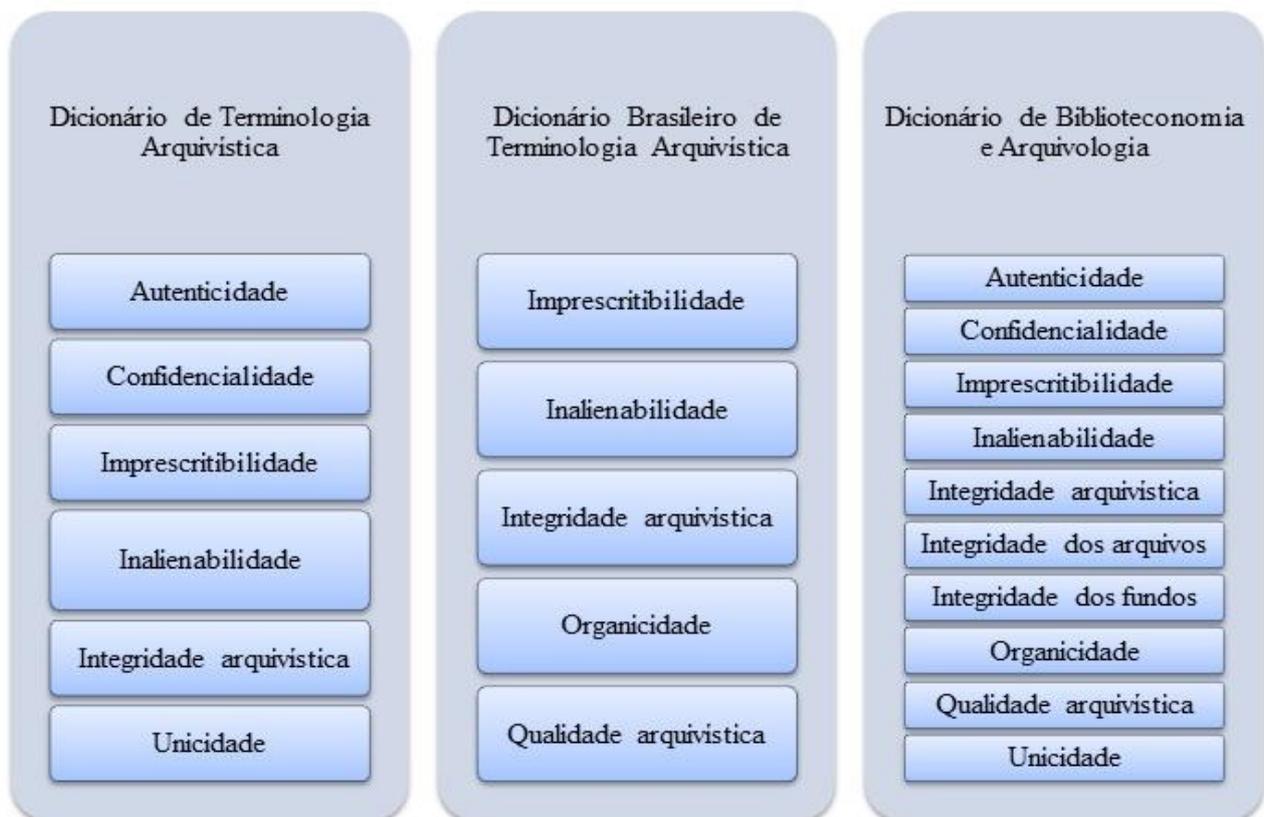
Fonte: Elaborado pelos autores (2020) com base em: Arquivo Nacional (2005), Camargo e Bellotto (1996), Cunha e Cavalcanti (2008), grifo nosso.

O DTA apresenta seis características: autenticidade, confidencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade, integridade arquivística e unicidade. Todas elas têm sua definição apresentada, com exceção da confidencialidade, que remete ao termo grau de sigilo.

O DIBRATE apresenta cinco características: imprescritibilidade, inalienabilidade, integridade arquivística, organicidade e qualidade arquivística. O texto das definições apresentadas indica princípio (imprescritibilidade e inalienabilidade), objetivo (integridade arquivística), relação natural (organicidade) e propriedade físico-química (qualidade arquivística).

O terceiro dicionário analisado, DBA, apresenta dez características para os documentos de arquivo, que são definidas enquanto qualidade, conceito, atributo, norma ou propriedade física. Como pode ser observado no Quadro 3, “integridade arquivística” e “integridade dos arquivos” são remetidas para “integridade dos fundos”. As demais características apresentadas são repetidas nos outros dos dicionários.

Figura 2 – Características identificadas nos dicionários



Fonte: Elaborado pelos autores (2020) com base em: Arquivo Nacional (2005), Camargo e Bellotto (1996), Cunha e Cavalcanti (2008).

Ao analisar as características identificadas nos três dicionários, notamos que a “integridade arquivística” é a única a se repetir em todos os léxicos. De maneira geral, percebemos que o significado da “integridade arquivística” relaciona-se ao princípio da proveniência. Contudo, apesar de ser o único termo que se repete em todos os dicionários, suas definições apontam para

característica no DTA e nos demais dicionários, DIBRATE e DBA, ela é definida enquanto objetivo e norma arquivística, respectivamente.

Ao consultar algumas autoras, vimos que a integridade pode ser entendida de maneira semanticamente similar, embora a delimitação do que ela é não esteja clara. De acordo com Heloísa Bellotto (2007, p. 12) o “princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística é o de que os conjuntos lógicos arquivísticos não podem de forma alguma sofrer dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida”. Por sua vez, Sonia Troitiño (2017, p. 3) cita a integridade também como princípio quando menciona que “os princípios de proveniência e integridade arquivística são rompidos, levando à descontextualização funcional da documentação.

Evidenciamos, assim, que a integridade arquivística também é citada como princípio e tem suas bases no princípio da proveniência. Todas as definições apresentadas apontam para a ideia fundamental expressa pelo princípio da proveniência. A partir dessa análise, compreendemos que integridade, portanto, é uma consequência do princípio da proveniência e não uma característica em si, pois nem os dicionários, tampouco os autores, a definem enquanto característica.

Os termos “imprescritibilidade” e “inalienabilidade” também foram identificados nos três dicionários, contudo são definidos enquanto princípio no DIBRATE; já as definições expressas no DTA e no DBA são idênticas e convergem para o entendimento de que ambos seriam um atributo. Conforme análise anterior, compreendemos que a imprescritibilidade e a inalienabilidade não são princípios arquivísticos. A definição que remete a princípio, como vimos, tem suas bases no Direito. Dessa forma, inferimos que a definição aponte para princípio a partir da origem no Direito e não no preconizado pela legislação arquivística. Entendemos que são características de determinados conjuntos documentais — os de valor permanente, conforme aponta a legislação — e, por isso, de acordo com a teoria do conceito de Dalhberg (1978) são características possíveis.

A autenticidade é definida enquanto qualidade nos dicionários DTA e DBA. Não está definida no DIBRATE, contudo se apresenta relacionada às definições de “diplomática” e “apócrifo”. A definição do DBA é sintética, enquanto a do DTA relaciona a autenticidade de um documento com a possibilidade de identificarmos sua proveniência. Percebemos que já existem definições mais completas de autenticidade, como a enunciada no Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CTDE/CONARQ), que define autenticidade como “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”. (CONARQ, 2014. p.10). De acordo com Santos (2011), a autenticidade

[...] refere-se ao controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, o que, em análise inicial, evitaria sua adulteração não autorizada. Envolve preponderantemente sua relação com o produtor e sua capacidade de ser utilizado para os fins de sua criação. Em outras palavras, os documentos são o que aparentam ser (perceptível pelos seus elementos identificadores) e não foram alterados, com ou sem intenção e tal percepção deriva da custódia adequada por seu produtor ou custodiador autorizado. (SANTOS, 2011, p. 152).

Com base na conceituação das características apresentadas por Dahlberg (1978), entendemos que a autenticidade pode ser considerada uma característica essencial do documento arquivístico.

Ainda sobre as ocorrências de características nos dicionários DTA e DBA, temos a “confidencialidade” e “unicidade”.

No DTA a “confidencialidade” é definida como indicador dos níveis de restrição de acesso, enquanto no DBA é definida como característica relacionada ao acesso. A confidencialidade das informações contidas em um documento é definida de acordo com o disposto em legislação específica. Atualmente, conforme especificado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), os prazos máximos para restrição de acesso à informação entram em vigor a partir da data de produção do documento e que podem ter suas informações classificadas como: ultrassecreta, secreta e reservada. Desse modo, compreendemos que a confidencialidade, pode ser uma característica de um documento arquivístico, porém não é mandatória.

As definições de ambos os dicionários (DTA e DBA) indicam o mesmo entendimento de “unicidade” enquanto característica do documento de arquivo, que apontam para a existência única de um documento em função de seu contexto de origem. Verificamos que a unicidade se trata, dessa forma, de característica essencial ao documento arquivístico.

Os termos “qualidade arquivística” e “organicidade” não são apresentados no DTA, porém ambos são definidos no DIBRATE e no DBA. A qualidade arquivística tem definições similares que tendem ao entendimento relacionado às propriedades físico-químicas dos suportes.

O termo “organicidade” foi identificado tanto como relação orgânica quanto como qualidade. As definições apontam para o entendimento de que a organicidade tem relação direta com as atividades que geram os documentos. De acordo Oliveira (2010, p. 69), “a organicidade se refere aos inter-relacionamentos entre os documentos, as atividades e as funções, na forma de uma complementaridade que comprova as atividades que os geraram e produz sentido no contexto de produção dos arquivos”. Adicionalmente, Santos (2011, p. 148) explica que a organicidade “justifica o fato do documento arquivístico precisar ser contextualizado a partir de seus vínculos com os demais documentos antes de qualquer análise sobre sua guarda e ao seu significado para a

instituição. Assim sendo, compreendemos que a organicidade também é uma característica essencial ao documento arquivístico.

Ainda que questões relacionadas às definições das características dos documentos de arquivo pareçam estar resolvidas na práxis da Arquivologia, ao analisar os dicionários, percebemos que existem divergências, tanto a respeito da definição de quais são as características dos documentos de arquivo como de conceituação das mesmas.

Com este estudo identificamos dez termos — autenticidade, confidencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade, integridade arquivística, integridade dos arquivos, integridade dos fundos, organicidade, qualidade arquivística e unicidade — apresentados pelos dicionários como possíveis características de documentos arquivísticos. Sob o prisma da Teoria do Conceito de Dahlberg, concluímos que a autenticidade, a organicidade e a unicidade podem ser tomadas enquanto características essenciais, e a confidencialidade, imprescritibilidade e a inalienabilidade podem ser, sob prima da teoria do conceito, compreendidas como características adicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de dicionários da área arquivística é um estudo relevante, que pretende oferecer uma contribuição ao estudo da terminologia arquivística brasileira, no que se refere à reflexão sobre as definições e as concepções dos termos.

Os dicionários de terminologia arquivística configuram uma importante produção da área e independente da vertente escolhida — Terminologia Clássica ou Socioterminologia — para o seu desenvolvimento é desejável que os critérios utilizados para sua confecção estejam explícitos e que o rigor metodológico respeite os signos e significados das palavras. Percebemos que os profissionais envolvidos, as instituições, seus objetivos e inserção política são fatores que podem alterar o produto “dicionário”. Notamos que, muitas vezes, os critérios para a definição dos princípios arquivísticos e as características dos documentos de arquivo não estão evidentes.

Acreditamos que, em razão da vocação interdisciplinar da Arquivologia, alguns princípios de outras áreas são apropriados enquanto princípios arquivísticos, como podemos perceber ao identificar a territorialidade, a imprescritibilidade e a inalienabilidade nominadas enquanto princípio. Julgamos que o desenvolvimento de pesquisas que as investiguem seja importante ao aprimoramento da teoria arquivística.

Destacamos, em nossa análise, que a “integridade arquivística” é definida por todos os dicionários do estudo de maneira similar, porém em levantamento prévio a fim de confrontar as definições desse termo em trabalhos de autores da área, constatamos que a “integridade

arquivística” carece de aprofundamento conceitual. Tal aprofundamento pode ser desenvolvido em estudo futuro englobando a literatura internacional.

A construção do arcabouço teórico da Arquivologia perpassa por aspectos relacionados ao Direito, à Administração, à História e, também, às Tecnologias de Informação. Com o desenvolvimento de pesquisas em Arquivologia, com o aumento dos cursos de graduação e a criação de cursos de pós-graduação podemos presenciar o amadurecimento teórico da área e a ampliação de discussões com essa temática. Nesse contexto, julgamos oportuno compreender a dimensão teórica do “princípio” e utilizar a Teoria do Conceito de Dahlberg a fim de empreender nossa análise nos dicionários selecionados visando apresentar um panorama de como conceitos básicos relacionados à Arquivologia se apresentam na Terminologia da área.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. xiv,1210 p. ISBN 9788578275211.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arg.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2004. 167 f.

BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia arquivística brasileira: estudo exploratório de publicações e termos**. 2016. 252f. Dissertação — Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARBOSA, M. A. Lexicologia , lexicografia , terminologia , terminografia , identidade científica, objeto, metodos, campos de atuacao. **Anais..** Brasília: Cnpq/Ibict, 1992. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/992/6/Simp%C3%B3posio%20latino-americano%20de%20terminologia%2C%202.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 20, n. 1/2, p. 47-56, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43962>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, v. 2, p. 13-22, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 out. 2020

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**.

Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

CABRÉ, Maria Tereza. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, 1995 Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>. Acesso em: 21 set. 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CORRÊA, F. G.; MARQUES, A. A. C. Princípio da territorialidade: trajetórias e definições. **Ágora**, v. 26, n. 52, p. 5-29, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14108>. Acesso em: 26 set. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p.101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 21 set. 2020

DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/126>. Acesso em: 2 abr. 2020.

FUSTER RUIZ, F. Los inicios de la archivística española y europea. **Revista General de Información y Documentación**, v. 6, n. 1, p. 43-77, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo;. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KOBASHI, Nair Yumiko *et al.* A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da

Informação. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_91320c0ad5_0007450.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

MINAYO, M. C. S; SANCHES. Quantitativo qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/publico/2010_LuciaMariaVellosoOliveira.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

PEZATTI, Erotilde Goretti. A gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 34, 1990. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3837>. Acesso em: 21 set. 2020.

RANGEL, Kíssila da Silva. **Revisitando o princípio da proveniência: Percepções sobre a organicidade**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11753/Kissila_Versao%20Final.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jul.2020.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma análise da teoria dos arquivos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) UFMG, Belo Horizonte. 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. 270f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10323>. Acesso em: 10 jul.2020.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Acesso em: 01 jul. 2020.

TROITIÑO, Sonia. O receber e o organizar: interfaces entre avaliação documental e organização arquivística. 2017. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/3493>. Acesso

em: 30 out. 2020.

NOTAS DE AUTORIA

Kíssila da Silva Rangel

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO-2015), especialista em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (MAST-2010), possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF-2009). Atuou junto a projetos de pesquisa na área de tipologia documental e gestão de documentos no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e na Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). No período compreendido entre 2011-2016, foi oficial arquivista do Centro de Documentação da Aeronáutica e desenvolveu projetos nas áreas de: normatização, assessoria técnica, indicadores de produção na atividade de Arquivologia, preservação de arquivos pessoais e difusão de acervos. Desde 2016 é servidora da Universidade Federal Fluminense, lotada na Divisão de Gestão Institucional e, em 2017, atuou como Professora Substituta (20h) no Departamento de Ciência da Informação da mesma universidade. Atualmente, é colaboradora do Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento (G.R. Caciue de Ramos).

Link Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/1690124129696648>

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Possui doutorado em História Social com distinção e louvor pela Universidade de São Paulo (2007), Mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1995), Especialização em Documentação Científica pelo IBICT/UFRJ (1989) e graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (1987). Atuou como arquivista no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins, adquirindo experiência na área de Arquivologia, com ênfase em organização de arquivos pessoais, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivo de ciência e tecnologia, preservação e organização de arquivos, tipologia documental, segurança e disseminação de acervos. Coordenou projetos de pesquisa na área de organização e preservação de arquivos de ciência e tecnologia e arquivos pessoais. Foi líder do Grupo de Pesquisa "Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia", do CNPq. Foi Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia - PPACT/MAST/MCTIC (2014-2018). Atualmente está cedida para o Arquivo Histórico do Museu Imperial/IBRAM em Petrópolis, onde atua na organização de arquivos e com pesquisa na área de tipologia documental, teoria arquivística e arquivos de museus. Orienta dissertações de mestrado e compõe bancas de avaliação acadêmica com temáticas referentes a arquivos pessoais, terminologia arquivística, teoria arquivística e preservação de arquivos.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8967524326033518>